



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

27 outubro 23

Edição nº 207

Página 1 de 14

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	9
ADMINISTRAÇÃO Portarias	10
CULTURA Editais	12
SAÚDE Vigilância Sanitária.....	13

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



GOVERNO | Leis Municipais

Lei Complementar nº 225 de 26 de Outubro de 2023

“Altera a Lei Complementar 204/2022 que dispõe sobre a estrutura administrativa e plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Jarinu”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 12 da Lei Complementar 204 de 13 de agosto de 2021.

§1º A progressão funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a imediatamente superior, dentro de uma mesma classe, observados os interstícios de 1 (um) ano e acréscimo de 5% (cinco por cento) ao salário anterior para a Classe A, 2 (dois) anos e acréscimo de 5% (cinco por cento) ao salário anterior para a Classe B e 3 (três) anos e acréscimo de 5% (cinco por cento) ao salário anterior para a Classe C, de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho e demais critérios a serem fixados em regulamento próprio.

§2º A promoção funcional é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, vencido o estágio probatório para fins de estabilidade, observados os interstícios de 1 (um) ano e acréscimo de 5% (cinco por cento) ao salário anterior para a evolução da Classe A para a Classe B e de 2 (dois) anos e acréscimo de 5% (cinco por cento) ao salário anterior da Classe B para a Classe C, contados desde a progressão funcional imediatamente anterior e dependendo, cumulativamente, do resultado da avaliação formal de desempenho e da participação em cursos de aperfeiçoamento, ações ou programas de capacitação indicados pela Comissão Permanente de Evolução Funcional e a serem oferecidos, preferencialmente, pela Câmara Municipal.

Art. 2º. Fica acrescido em 57,59 % os valores constantes na tabela Anexo IV – Tabela Vencimentos Básicos da Lei Complementar 204 de 13 de agosto de 2021.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Jarinu, 26 de outubro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2245 de 26 de Outubro de 2023

“Denomina a farmácia pública atualmente localizada na Avenida Prefeito Guilherme Zanoni nº 87, de Farmácia Municipal Carlos Bruno Ribeiro”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do

Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominada a farmácia pública atualmente localizada na Avenida Prefeito Guilherme Zanoni nº 87, Centro, no município de Jarinu, Estado de São Paulo, como “Farmácia Municipal Carlos Bruno Ribeiro”.

Parágrafo Único. A denominação da farmácia deve ser observada ainda que venha a mudar de endereço.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 25 de outubro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2246 de 26 de Outubro de 2023

“Autorização para a criação de praças destinadas a animais domésticos”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a criação de praças destinadas a animais domésticos no município de Jarinu, de acordo com as disposições desta lei.

Parágrafo Único. As praças criadas devem priorizar a utilização de materiais sustentáveis, como pneus, madeiras, plástico reciclado, dentre outros.

Art. 2º. As praças destinadas a animais domésticos, doravante denominadas “Praças Pet,” serão espaços públicos especialmente projetados e equipados para o uso de cidadãos acompanhados de seus animais de estimação.

Parágrafo Único. As Praças Pet serão projetadas de forma a garantir a segurança, o bem-estar e o lazer tanto para os animais quanto para seus proprietários.

Art. 3º. As Praças Pet deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - Áreas cercadas ou delimitadas para permitir a soltura controlada de cães, devidamente identificadas com placas informativas sobre as regras de uso;

II - Bebedouros para animais, com água potável;

III - Recipientes apropriados para o descarte adequado de fezes de animais;

IV - Bancos ou áreas de descanso para os proprietários;



V - Equipamentos recreativos e de lazer para os animais, como brinquedos e obstáculos;

VI - Iluminação adequada para uso noturno;

VII - Áreas sombreadas para proteção contra o sol e abrigos em caso de chuva.

Art. 4º. Fica a cargo da Secretaria de Obras e Urbanismo a fiscalização, manutenção e implantação das Praças Pet no município, em colaboração com organizações não governamentais voltadas para a proteção e cuidados com animais.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a buscar parcerias público-privadas, doações de empresas ou entidades e recursos de outras fontes para financiar a implantação e manutenção das Praças Pet.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 26 de outubro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2247 de 26 de Outubro de 2023

“Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar incentivo financeiro adicional aos agentes comunitários de saúde - ACS, e aos agentes de combate às endemias, e dá outras providências”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar pagamento aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e aos Agentes de Combate às Endemias - ACE, à título de incentivo profissional, a parcela denominada incentivo financeiro adicional, recebida anualmente do Ministério da Saúde, previsto no Parágrafo único do Artigo 5º do Decreto Federal nº 8.474 de 22 de junho de 2015 e na Lei Federal nº 12.994, alterada pela Lei nº 13.708/2018, visando estimular os profissionais que trabalham nos programas estratégicos da Política Nacional de Atenção Básica e fortalecimento da atuação de Agentes Comunitários de Saúde de Combate às Endemias.

§1º O repasse do incentivo financeiro adicional será efetuado uma vez por ano de forma integral no mês subsequente ao crédito em conta da parcela adicional recebida, em parcela única e individualizada através de rateio entre os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate às Endemias.

§2º Farão jus ao incentivo financeiro adicional previsto no caput deste artigo, todos os profissionais que se encontrem

em pleno exercício de suas funções, e estejam desenvolvendo participação efetiva de todas as atividades de fortalecimento e estímulos das práticas de prevenção e promoção da saúde, em prol da coletividade.

§3º Acarretará a perda do direito ao Incentivo Financeiro Adicional o Agente que no curso do período estiver em afastados e/ou licenciados, com exceção nos casos de licença maternidade ou licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. O pagamento da parcela adicional de incentivos regulados por esta Lei aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do município de Jarinu, estará estritamente vinculado e persistirá enquanto houver o repasse do Governo Federal, específicos para este fim - Programa de Saúde da Família.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos Orçamentos vigentes de cada exercício financeiro em que a parcela for efetivamente paga.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jarinu, 26 de outubro de 2023

Débora Cristina do Prado Belinello
Prefeita Municipal

Lei nº 2248 de 27 de Outubro de 2023

“Dispõe sobre a Regularização de Edificações; desdobro ou desmembramento em desacordo com a legislação vigente, porém já consolidadas, e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei :

Art. 1º. Fica à Prefeitura Municipal de Jarinu, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, autorizada a proceder a Regularização de Edificações Irregulares ou Clandestinas, concluídas e/ou inacabada, que tenha atingido 100% (cem por cento) da cobertura, já ocupadas ou não por seus proprietários e/ou compromissários, edificadas em desacordo com as legislações municipais vigentes, em especial as Leis Municipais Complementares nº 200/2020 – Plano Diretor e nº 201/2020 – Parcelamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, de 21 de outubro de 2020, e as Leis Municipais nº 1.209 de 14 de novembro de 1991, nº 2076 de 20 de dezembro de 2018; e ainda o Código Sanitário do Estado de São Paulo, desde que a situação a ser regularizada seja comprovadamente anterior à data de promulgação desta lei, apresentem as condições mínimas de habitabilidade, segurança, estabilidade e higiene, e que se enquadrem nas disposições desta Lei Complementar.

§1º No caso de já existirem áreas construídas devidamente



averbadas perante o Oficial de Registro de Imóveis, os projetos de regularização deverão indicar estas áreas como averbadas, bem como mencionar o número da averbação e matrícula do imóvel; nos casos que as áreas construídas citadas na matrícula não tiverem em suas averbações número de processo aprovado e habite-se emitido pela Prefeitura Municipal de Jarinu, a mesma deverá ser regularizada.

§2º A regularização de edificações, de que trata a presente Lei, não exime o interessado da observância da Legislação Estadual e Federal pertinente, em especial no que se refere aos ditames que assegurem a acessibilidade.

§3º Perderá o direito desta Lei o requerente que deixar de atender às notificações de “comunique-se” emitidas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, de forma objetiva e não protelatória, no prazo de 60 (setenta) dias, podendo o processo ser arquivado, após ter o seu ISSQN emitido.

§4º Na hipótese de o processo ser arquivado com base no “caput”, o interessado poderá ingressar com pedido de desarquivamento com a devida justificativa.

Art. 2º. Para efeitos da Regularização que se trata esta Lei, considera-se:

I- Construções: ampliações ou reformas irregulares: aquela cuja licença (alvará de execução de obras) foi expedida pelo Município, porém, executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - Construção: ampliações ou reformadas clandestinas: aquela executada sem prévia autorização do Município, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença (alvará de execução de obras);

Art. 3º. São excluídas dos benefícios desta Lei Complementar as edificações ou parte de edificações que:

I - Estejam localizadas em área públicas invadidas, terrenos públicos ou que avancem sobre logradouros públicos ou ainda que adentrem terrenos de propriedades de terceiros;

II - Estejam situadas em Área de Preservação Permanente – APP;

III - Não respeitem a legislação municipal ou estadual de proteção ao meio ambiente, no caso de atividades não residenciais e residenciais;

IV - Invadam áreas de domínio e/ou Faixa “Não Edificante” das Rodovias, Ferrovias, Hidrovias, oleodutos, gasodutos e linha de transmissão de energia elétrica, e também as faixas de servidão de passagem existente nos terrenos destinadas para Rede de drenagem, Rede de Esgoto, ou outros melhoramentos públicos (Vielas);

V - Estejam situadas em áreas tombadas, preservadas e não atendam às normas emanadas dos órgãos competentes;

VI - Não atendam às disposições sobre aplicação de normas de proteção e combate a incêndio;

VII - Estejam situadas em áreas de risco;

VIII - Estejam situadas em Loteamentos Clandestinos;

Art. 4º. Poderão ser regularizadas, com exceção do que consta no artigo 2º desta Lei, as edificações que apresentem as seguintes irregularidades:

I - As desconformidades com relação aos índices urbanísticos, sendo eles, Taxa de Ocupação (T.O), Coeficiente de Aproveitamento (C.A), Taxa de Permeabilidade, e os parâmetros de implantação, como recuos Frontais, Laterais e de Fundos;

II - Edificações em desacordo com as restrições urbanísticas disposta no contrato padrão do loteamento, as quais não foram objeto de averbação na matrícula de registro de imóveis, nos casos de loteamentos e/ou condomínios que possuam na associação de moradores equipe técnica para análise dos projetos, os mesmos devem obter aprovação da associação, a qual deve anteceder à aprovação do Município.

III - Insuficiência de vagas para veículos;

IV - As Edificações que tenham Usos em desacordo com o estabelecido na Lei de Parcelamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, desde que seja comprovado através do REPAIV – Relatório Prévio de Análise de Impacto e Incômodo da Vizinhança, que a atividade não causa impacto de vizinhança, em caso de impacto os mesmos deverão ser mitigados;

V - As edificações situadas em áreas riscos, desde que seja apresentado Projeto e Execução de contenção de talude e não esteja em Área de Proteção Permanente (APP) ou área pública.

Art. 5º. As Regularizações das Edificações de que trata esta Lei Complementar, que tenham invadido o Recuo Frontal, somente serão aprovados se o proprietário renunciar, mediante Declaração de Renúncia, a toda e qualquer indenização perante a Prefeitura Municipal de Jarinu, referente a tais partes da construção, comprometendo-se, inclusive, quanto necessário e requerido por esta, a efetuar a sua demolição, sem ônus para esta municipalidade.

Art. 6º. Serão passíveis de aprovação e regularização os projetos de desdobro e/ou desmembramentos já consolidados com área edificada existente localizados em loteamentos urbanos devidamente registrados junto ao Registro de Imóveis e aprovados nesta Prefeitura, atendendo as seguintes condições:

I - O requerimento seja acompanhado de certidão atualizada do Registro de Imóveis, para constatação da situação fática do imóvel objeto do pedido e sua titularidade;

II - Que no mínimo 50 % (cinquenta por cento) dos lotes



resultantes dos desdobros e/ou desmembramentos exista construções, as quais deverão ser regularizadas.

III - Que apresentem concomitantemente os projetos de aprovação de Desdobro e/ou Desmembramento de Lote juntamente com o projeto de Regularização das edificações, o qual se aplica apenas aos lotes devidamente registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis e aprovados perante a esta municipalidade;

a) O Projeto de Desdobro e/ou Desmembramento só será aprovado após a conclusão da Regularização das Edificações, ou seja, após a aprovação das edificações e a emissão do respectivo “Habite-se”.

b) O Projeto de Desdobro e/ou Desmembramento deverá ser apresentado em folha própria, separada da folha para regularização das edificações, porém, podendo ser sequenciada.

IV - Que os lotes resultantes apresentem área mínima de 125,00 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e testada mínima de 5,00 m (cinco metros), nos termos da Lei Federal nº 6.766/79.

a) Não serão permitidos os desdobros de lotes, previstos nos incisos I a III, que não estejam ocupados por construções/edificações já existentes quando da publicação da presente Lei, observando o disposto artigo 1º, §1º.

b) Não serão permitidos desdobros e/ou desmembramentos em lotes localizados em loteamentos onde a restrição urbanística já existente proíba a subdivisão de lotes.

c) Excetuam-se deste Artigo, os lotes localizados no Macrozoneamento Rural, nos zoneamentos ZUR e ZDE, e também os projetos aprovados com base na Lei Municipal nº 2.076/2018.

V- Os valores a serem aplicados referentes à análise para a aprovação de Desdobro e/ou Desmembramento previstos nesta lei seguirão a tabela contida no Anexo I, e serão cobrados no ato do protocolo do pedido.

VI - Conforme Artigo 39 da Lei Municipal Complementar n.º 201 de 21 de Outubro de 2020, o projeto aprovado de desdobro e/ou desmembramento deverá ser submetido ao Cartório de Registro de Imóveis dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade de sua aprovação.

Art. 7º. A regularização de edificações será feita mediante a apresentação pelo titular, seja ele proprietário, herdeiro ou por seu procurador, dos seguintes documentos:

I - Requerimento padrão (Anexo II), devidamente assinado pelo proprietário do imóvel;

II - Cópia do RG e CPF do proprietário;

III - Cópia da CND – Certidão Negativa de débitos do IPTU;

IV - Cópia do IPTU do exercício vigente;

V - Cópia da Certidão Atualizada da Matrícula do Registro de Imóveis;

VI - Documentos que comprovem a existência da construção anterior à data de publicação da presente Lei, tais como:

a) Conta de água;

b) Conta de energia elétrica;

c) Levantamento aerofotogramétrico oficial;

d) Citação da existência da construção/edificação em escritura pública lavrada antes da publicação da lei ou em título aquisitivo (matrícula);

e) Outros documentos que a Administração venha julgar necessário.

VII - Cópia do título de propriedade do imóvel, ou de qualquer outro documento que identifique a posse ou domínio do mesmo, seja ele de aquisição, cessão, usufruto, autorização, permissão ou concessão do mesmo;

VIII - Cópia da ART ou RRT - Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços profissionais específicos: Projeto de Regularização, Desdobro e/ou Desmembramento e Laudo técnico;

IX - Cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB E/OU CLCB), para as edificações de uso comercial e industrial, a ser apresentado no Habite-se;

X - Cópia da Autorização de acesso emitido pelo DER – Departamento de Estrada de Rodagem, para imóveis com acesso direto pela Rodovia Edgard Máximo Zambotto (SP-354);

XI - Laudo Técnico (Anexo III) em 01 (uma) via, atestando que o imóvel encontra-se em condições satisfatórias de estabilidade, conservação, higiene e salubridade, acompanhada de relatório fotográfico da construção a ser regularizada, sendo obrigatório no mínimo foto da fachada, lateral, fundos, e fotos internas dos cômodos, e devidamente assinadas pelo responsável técnico;

XII - Memorial Descritivo (Anexo IV) em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) destinada ao arquivo público, no mesmo deve contendo avaliação técnica das características físicas, visualmente constatadas, acrescidas de informações construtivas, devidamente assinadas pelo Responsável Técnico e Proprietário do imóvel;

XIII – Nos casos de desdobro, deve ser apresentada Descrição Perimétrica (Anexo V) em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) via destinada ao arquivo público, no mesmo deve constar



a descrição do lote com as coordenadas UTM's, Rumos ou Azimutes, devidamente assinados pelo Responsável Técnico;

XIV - Declaração de Observância (Anexo VI), em 01 (uma) via e devidamente assinada;

XV - Declaração de Renúncia (Anexo VII) em 01 (uma) via, devidamente assinado pelo proprietário do imóvel, nos termos do Art. 5º desta Lei Complementar;

XVI - Projeto de Regularização (Anexo VIII) em 04 (quatro) vias, elaborado em escala compatível, conforme norma específica vigentes, devidamente assinada pelo proprietário e responsável técnico;

Art. 8º. A regularização de que trata esta Lei não implica no reconhecimento do direito de propriedade, das dimensões e da regularidade do lote, das informações levantadas pelo profissional responsável e, não será responsabilidade de servidores que aprovam os projetos, ou vistoriam as construções sobre quaisquer danos ou prejuízos causados às edificações.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá exigir a execução de obras de adequação e/ou demolição para regularizar as edificações ou parte delas, para garantir à acessibilidade, estabilidade, a segurança, a higiene, e salubridade dos moradores, bem como o fechamento de aberturas de janelas na divisa do terreno com propriedades de terceiros.

Art. 10. Após a aprovação da regularização, a Prefeitura procederá aos lançamentos cadastrais do imóvel ou, no caso de demolição, dará baixa na edificação ou parte da edificação demolida.

Art. 11. Os processos de regularização em andamento na Prefeitura, na data da publicação desta Lei, serão analisados segundo os parâmetros por ela estabelecidos, desde que requerida pelo responsável técnico.

Art. 12. Constatada, a qualquer tempo, divergência nas informações apresentadas, o interessado será notificado, sob pena de ser tornada nula a regularização da edificação e aplicada às sanções cabíveis.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, através de seu departamento competente, emitirá as guias de pagamento referente às taxas de análise e aprovação da Regularização da Edificação, de Vistoria de Habite-se, e se for o caso, de análise e aprovação de Desdobro e/ou Desmembramento; as quais deverão ser apresentadas no ato do protocolo do pedido com seus respectivos recolhimentos.

Parágrafo Único – O valor apurado referente às taxas de análise e aprovação da Regularização da Edificação poderá ser parcelado em até 6 (seis) vezes, com parcela mínima de R\$ 100,00 (cem reais);

Art. 14. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, através de seu departamento competente, somente emitirá

a aprovação final da regularização (Habite-se), condicionada a apresentação de recibo de pagamento da guia de recolhimento do imposto devido referente à mão de obra utilizada para sua execução (ISSQN-MDO), e emitida pelo setor competente.

§1º O valor apurado de ISSQN-MDO poderá ser parcelado em até 10 (dez) vezes, com parcela mínima de R\$ 100,00 (cem reais);

§2º O não pagamento de uma ou mais parcelas acarretará em incidência de multa, juros e outras sanções já prevista em lei.

§3º As regularizações de edificações com metragem total de até 70,00 m² (setenta metros quadrados) serão isentas do ISSQN-MDO.

Art. 15. O prazo para apresentação dos documentos e recolhimentos correspondentes, necessários à regularização de que trata esta Lei, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 16. Ficam estabelecidos as “Taxa de Regularização” que serão cobradas para a regularização das edificações, desdobros e desmembramentos, previstos nesta Lei de acordo com o Anexo I, desta.

Parágrafo Único. Além dos valores cobrados com base no Anexo I, as demais tarifas para prestação dos serviços municipais serão de acordo com as normas vigentes.

Art. 17. Decorrido o prazo para pagamento das “Taxa de Regularização”, as taxas que estiverem pendentes serão lançadas em Dívida Ativa, e poderão ser protestados e/ou cobrados judicialmente.

Art. 18. O Poder Executivo estabelecerá, por decreto, normas complementares que forem necessárias para a execução desta Lei.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação e execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e tem validade por 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada por até 180 (cento e oitenta) dias, por uma única vez, mediante decreto, revogando-se as disposições em contrário.

Jarinu, 27 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

ROSE REGINA NOVAES MINGOTTI
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU****PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU****ANEXO I****TAXA DE REGULARIZAÇÃO****PARA EDIFICAÇÕES****VALOR POR M²**

Até 70,00 m²

0,6 VRMJ

70,01 m² a 250,00 m²

1,6 VRMJ

Acima de 250,01 m²

2,1 VRMJ

PARA DESDOBRAMENTO**E/OU VALOR POR M²**

ÁREA TOTAL DO LOTE

0,50 VRMJ

(ANEXO III)**LAUDO TÉCNICO**

(NOME DO PROFISSIONAL), título do profissional – CREA ou CAU, responsável técnica pelo PROJETO DE _____, para imóvel localizado a _____, Campo Limpo Paulista, São Paulo, de propriedade do Sr.(a) _____, vem apresentar o LAUDO TÉCNICO, nos moldes da RESOLUÇÃO nº 229 DE 27 DE JUNHO DE 1.975 DO CONSELHO FEDERAL DA ENGENHARIA E AGRONOMIA.

Atesto que, após vistoria minuciosa da edificação em questão constatou que, aparentemente a mesma está em condições técnicas para o seu aproveitamento.

Atesto ainda, que a edificação está em bom estado de conservação e habitabilidade, NÃO APRESENTANDO patologias estruturais, infiltração, mofo, fissuras ou trincas em suas paredes e lajes.

Atesto também, que o imóvel descrito no laudo não está localizado em área de risco, em área de proteção ambiental, várzea ou áreas de preservação permanente (APP) e nem é objeto de parcelamento irregular.

Atesto mais, que a captação de Água Pluvial não está interligada na Rede de Esgoto da Residência, ou vice e versa.

Atesto finalmente, que (caso seja necessário)

Jarinu, ____ de ____ de 2.023.

Resp. Técnico pelo: PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL

Título do Profissional

CREA ou CAU

ART ou RRT nº

*ANEXAR RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA OBRA A REGULARIZAR.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU****PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU****(ANEXO II)****REQUERIMENTO****Dados Proprietário (a):**

Nome: _____

Endereço/domicílio: _____

Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Solicitação ou finalidade do requerimento

Descrição: Preencher com mesmo assunto do projeto

Endereço da Obra: _____

Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____

Nº do contribuinte: _____

Vem, mui respeitosamente, requerer o deferimento do assunto acima descrito no imóvel de sua propriedade.

Jarinu, ____ de ____ de 2023.

Proprietário

CPF ou CNPJ:

RG:

(ANEXO IV)**MEMORIAL DESCRITIVO**

Obras: REGULARIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR (CONF. LEI COMPL. Nº ____ /2023)

Proprietários: PREFEITURA DE JARINU

Endereços: DESCREVER CONF. NO PROJETO

Contribuinte nº xxxxxxxxxx

01. Movimento de Terra: _____
02. Tipo de Fundação: _____
03. Estrutura: _____
04. Alvenaria: _____
05. Cobertura: _____
06. Revestimentos Paredes: _____
07. Portas e Janelas: _____
08. Pisos: _____
09. Forros: _____
10. Instalações Elétricas: _____
11. Instalações Hidráulicas: _____
12. Água Pluvial: _____
13. Calhas e condutores: _____
14. Caixa de Esgoto: _____
15. Hidrômetro: _____
16. Outros (especificar): _____

Jarinu, ____ de ____ de 2023.

Proprietário:

Nome

CPF/CNPJ

Resp. Técnico pelo: PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

NOME

Título do Profissional – CREA ou CAU nº _____

Inscrição Municipal nº _____

ART e/ou RRT nº xxxxxxxx



LOTE "01"

LOT# "01/A"-

LOTE "01/B":

Jarinu, ____ de ____ de 2.023.

Resp. Técnico pelo: PROJETO DE DESDOBRAMENTO

NOME
 Título do Profissional – CREA ou CAU nº _____
 Inscrição Municipal nº _____
 ART ou TRT ou RRT nº: xxxxxxxx



DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA

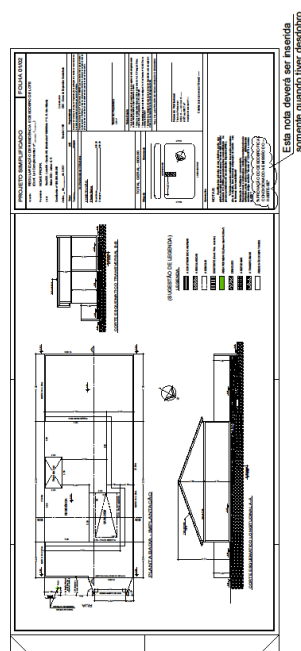
Jarinu, _____ de _____ de 2.021

Resp. Técnico pelo: **PROJETO DE REGULARIZAÇÃO**

NOME DO PROFISSIONAL
Título do Profissional
CREA ou CAU
ART ou RRT nº



ANEXO VIII - MODELO DE CARIMBO APROVAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

PROJETO COMPLETO		FOLHA 02/02
Assunto: REGULARIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA E DESDOBRIO DE LOTE (Conf. Lei Complementar nº ____/____)		
Proprietário: NOME PROPR.		
Local: Rua XXX - Lote 00 - Quadra 00 - Matricula nº 00.000 do 1º C. R. I de Abaixo		
Contribuinte: nº 000.000.000.000		
Jarinu, ____ de ____ de 2023 Escala 1:100 Zonamento: ZSC - Zona de Expansão Controlada		
Áreas: (m²)		Propriedades:
SITUAÇÃO ATUAL:		
Lote XXX _____ m²		
SITUAÇÃO PRETENDIDA:		Nome do Proprietário: _____
Lote XXXA _____ m²		CPF: _____
Lote XXXB _____ m²		
Situação	Sem escala	Rep. Típ. pelo PROJETO DE REGULARIZAÇÃO E DESDOBRIO
		Nome do Profissional: _____
		Título de Profissional: _____
		CREA nº - OU CNP nº: _____
		ART ou REC nº: _____
		Inscrição Municipal nº: _____
		Celular (001-xxxx-xxxx) / E-mail: _____
Observações: Declara para os devidos fins de direito, inclusive no referido parcel, que o Projeto de loteamento com suas alterações não contraria nenhuma legislação vigente.		
Aprovações:		

pela Secretária Municipal de Serviços Públicos e a qualificação econômico-financeira foi conferida pelo Sr. Mauricio Alan Bertolotti, foram aprovados. Desta forma, a CPL declara HABILITADA a empresa Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda. A empresa Engeluz Iluminação e Eletricidade Ltda., apresentou toda documentação exigida no Edital, sendo que os atestados de capacidade técnica foram conferidos pela Secretária Municipal de Serviços Públicos e a qualificação econômico-financeira foi conferida pelo Sr. Mauricio Alan Bertolotti, foram aprovados. De acordo com solicitação para conferência das assinaturas digitais, temos a informar que são legítimas. Desta forma, a CPL declara HABILITADA a empresa Engeluz Iluminação e Eletricidade Ltda. A empresa Kardia Serviço e Comércio de Sinalização Viária Ltda., apresentou habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira (sendo esta última conferida pelo Sr. Mauricio Alan Bertolotti), de acordo com as exigências do Edital. Os atestados de capacidade técnica, bem como os apontamentos relacionados aos atestados foram conferidos pela Secretária Municipal de Serviços Públicos, tendo os seguintes apontamentos: não foram apresentadas as comprovações de instalação de transformador e elaboração de projeto de iluminação pública. Desta forma, a CPL declara INABILITADA a empresa Kardia Serviço e Comércio de Sinalização Viária Ltda. A empresa Elétrica Cardoso Serviços e Locações Eireli ME apresentou habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, de acordo com as exigências do Edital. Os atestados de capacidade técnica, bem como os apontamentos relacionados aos atestados foram conferidos pela Secretária Municipal de Serviços Públicos, tendo os seguintes apontamentos: apresentou vários atestados de capacidade técnica sem o devido registro na entidade competente e os que possuem registro na entidade competente não possuem as comprovações de elaboração de projeto de iluminação pública. O CNAE apresentado (4321500) não é compatível com o objeto, uma vez que o referido CNAE é relacionado à instalação elétrica predial, residencial, de edifícios, não sendo compatível com iluminação pública, que deve ser específico em virtude da complexidade dos serviços. A qualificação econômico-financeira foi conferida pelo Sr. Mauricio Alan Bertolotti, tendo o seguinte apontamento: não fez prova do capital social integralizado de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. As assinaturas digitais não vieram acompanhadas da sua certificação para verificação/validação da assinatura, conforme mencionado em todo Edital e ainda solicitado no item 5.11 da Cláusula Quinta, não sendo possível a conferência para sua validação. Desta forma, a CPL declara INABILITADA a empresa Elétrica Cardoso Serviços e Locações Eireli ME. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata, que será assinada pela CPL, abrindo-se a partir desta data, prazo para recurso previsto no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

Jarinu, 26 de outubro de 2023

Daniela Effgen Soneti Lorencini
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

RESUMO DA ATA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023

EDITAL Nº 062/2023 - PROCESSO ELETRÔNICO Nº 748/2023 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, TROCA E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO-DE-OBRA, CALL-CENTER, CENTRO DE CONTROLE PARA OPERAÇÃO DO PARQUE LUMINOTÉCNICO DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 09H00M, no Paço Municipal de Jarinu, reuniram-se os membros da CPL para darem início à sessão de abertura da Licitação em epígrafe. De acordo com análise dos documentos apresentados na fase de habilitação, a CPL julgou da seguinte forma: A empresa Casamax Comercial e Serviços Ltda., apresentou toda documentação exigida no Edital, sendo que os atestados de capacidade técnica, bem como os apontamentos relacionados aos atestados foram conferidos pela Secretária Municipal de Serviços Públicos e a qualificação econômico-financeira foi conferida pelo Sr. Mauricio Alan Bertolotti, foram aprovados. Desta forma, a CPL declara HABILITADA a empresa Casamax Comercial e Serviços Ltda. A empresa Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda., apresentou toda documentação exigida no Edital, sendo que os atestados de capacidade técnica, bem como os apontamentos relacionados aos atestados foram conferidos

**ADMINISTRAÇÃO | Portarias****PORTARIA Nº 12.480, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.**

“NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE JARINU.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R, os membros para compor, sob coordenação do Secretário Municipal de Saúde Mirailton Moreira Gomes, a equipe da VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE JARINU:

- André Camargo Dias Galdino – Veterinário – RG: 43.514.132-6
- Cristiane de Moraes – Enfermeira - RG: 32.268.467-5
- Gabriela Ferreira Amorim – Enfermeira – RG: 44.605.451-3
- Denise Parise Oliveira – Engenheiro Civil – RG: 13.552.922-0
- Luciana Santos da Costa – Dentista – RG: 26.856.909-5
- Thais Smaniotto Pavanelli – Téc. de Enfermagem - RG: 28.532.896-7
- Renan Matias – Agente de Saneamento – RG: 49.514.217-7
- Victor Rusig Locks – Nutricionista – RG: 27.433.333-8
- Juliana Gonçalves dos Santos – Aux. Administrativo – RG: 33.001.268-X
- José Carlos Parise – Agente de Saneamento – RG: 13.019.898-5
- Jaqueline dos Santos Roque – Aux. Adm. da Saúde – RG: 42.770.114-4

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº 12.401 de 28 de Agosto de 2023.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 23 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.481, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas

atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - N O M E A R os membros abaixo relacionados para compor a COMISSÃO MUNICIPAL DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

- ROSE REGINA NOVAES MINGOTTI - Presidente
- ARMANDO ERNESTO GUIMARAES
- ALAN DE SOUZA REGO
- JOSIANE NASCIMENTO SANTANA
- CÁSSIA FLORA GRANDIZOLI LIMA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº 11.902 de 08/08/2022.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 23 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.482, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.298/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.298/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 23 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do



Município.

FABIO MARIANO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.483, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.463/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.463/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 23 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.484, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.464/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.464/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 23 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.485, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.462/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.462/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 25 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.486, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.466/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.466/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 25 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.487, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 3.476/2023”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 3.476/2023, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 11.756, de 25 de Abril de 2022, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 25 de Outubro de 2023.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

FABIO MARIANO
Secretário Municipal de Administração

CULTURA | Editais

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023 - AUDIOVISUAL

ALTERAÇÃO Nº 2

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, ALTERA o Edital de Chamamento Público nº 01/2023 - Audiovisual, disponibilizado no Diário Oficial de Jarinu, Edição nº 203, publicado em 18 de outubro de 2023.

ANEXO I - CATEGORIAS DE APOIO - AUDIOVISUAL

Onde lê-se:

2.DESCRICÃO DAS CATEGORIAS

Produção de videocliques:

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de videoclipe de artistas locais com duração de 2 a 5 minutos.

Leia-se:

2.DESCRICÃO DAS CATEGORIAS

Produção de videocliques:

Para este edital, refere-se ao apoio concedido à produção de videoclipe de artistas nacionais com duração de 2 a 5 minutos.

Jarinu, 27 de outubro de 2023.

Débora Cristina Prado Belinello
Prefeita Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023 - FOMENTO À EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS “DEMAIS ÁREAS CULTURAIS”

ALTERAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, ALTERA o Edital de Chamamento Público nº 02/2023 - Fomento à Execução de Oficinas Culturais “Demais Áreas”, disponibilizado no Diário Oficial de Jarinu, Edição nº 203, publicado em 18 de outubro de 2023.

Onde lê-se:

1. OBJETO

1.3 No que diz respeito à classificação das oficinas culturais quanto à sua duração, define-se o seguinte:

I. Oficinas culturais - Modalidade I: oficina cultural com duração de no mínimo 05 encontros, de no mínimo 1h, de caráter pontual, cujo conteúdo programático não dependa de um desenvolvimento contínuo.

II. Oficinas culturais - Modalidade II: oficina cultural com duração de no mínimo 05 encontros, de no mínimo 1h, com uso de materiais, de caráter periódico, cujo conteúdo programático seja de desenvolvimento contínuo.

III. Oficinas culturais - Modalidade III: oficina cultural com duração de no mínimo 40 encontros, de no mínimo 1h cada, de caráter periódico, cujo conteúdo programático seja de desenvolvimento contínuo.

Leia-se:

1. OBJETO

1.3 No que diz respeito à classificação das oficinas culturais



quanto à sua duração, define-se o seguinte:

I.Oficinas culturais - Modalidade I: oficina cultural com duração de no mínimo 05 encontros, de no mínimo 1h, com uso de materiais.

II.Oficinas culturais - Modalidade II: oficina cultural com duração de no mínimo 05 encontros, de no mínimo 1h, com ou sem uso de materiais.

III.Oficinas culturais - Modalidade III: oficina cultural com duração de no mínimo 40 encontros, de no mínimo 1h cada, de caráter contínuo.

Jarinu, 27 de outubro de 2023.

Débora Cristina Prado Belinello
Prefeita Municipal

SAÚDE | Vigilância Sanitária

DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Infração.

Processo: 383/23

Razão Social: ASSOCIAÇÃO MISSÃO BELEM/ SITIO RAINHA DA PAZ

CNPJ/CPF: 077.197.94/0003-59

Endereço: ESTRADA ATILIO SQUISATO, S/N BAIRRO: CAMPO LARGO

Município: JARINU UF:SP

Infração: POR FUNCIONAR SEM O LAUDO TECNICO DE AVALIAÇÃO (LTA) APROVADO E SEM A LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EXPEDIDA PELA VISA MUNICIPAL. POR NÃO ATENDER AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.

Data do evento: 26/10/23 Hora: 10:00

AIP: 07/23 AIF:07/23

Penalidade: INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 27 de Outubro de 2023.

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário de Saúde

DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Infração.

Processo: 382/23

Razão Social: ASSOCIAÇÃO MISSÃO BELEM/ SITIO SÃO MIGUEL ARCANJO

CNPJ/CPF: 077.197.94/0004-30

Endereço: ESTRADA MUNICIPAL GINO DARTARA, 707 / BAIRRO: MARACANÃ

Município: JARINU UF:SP

Infração: POR FUNCIONAR SEM O LAUDO TECNICO DE AVALIAÇÃO (LTA) APROVADO E SEM A LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EXPEDIDA PELA VISA MUNICIPAL. POR NÃO ATENDER AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.

Data do evento: 26/10/23 Hora: 10:00

AIP: 06/23 AIF:06/23

Penalidade: INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 27 de Outubro de 2023.

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário de Saúde

DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Imposição de Penalidade

Processo: 382/23

Razão Social: ASSOCIAÇÃO MISSÃO BELEM / SITIO SÃO MIGUEL ARCANJO

CNPJ/CPF: 07.719.794/0004-30

Endereço: ESTRADA MUNICIPAL GINO DARTARA, 707/ BAIRRO: MARACANÃ

Município: JARINU UF:SP

Infração: PENALIDADE: INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO



APÓS DECORRIDO A CONTAGEM DO PRAZO DE 120 DIAS ESTIPULADO NA SETENÇA DO PROCESSO DIGITAL 1001235-52.2023.8.260301 PARA PROCEDER A RETIRADA DOS MORADORES DO ESTABELECIMENTO SUPRACITADOS E DE IMEDIATA PROIBIR A ENTRADA DE NOVOS MORADORES.

Data do evento: 26/10/23 Hora: 10:00

AIP: 06/23 AIF: 06/23

Penalidade: INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO.

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 27 de Outubro de 2022.

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário de Saúde

DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Imposição de Penalidade

Processo: 383/23

Razão Social: ASSOCIAÇÃO MISSÃO BELEM / SITIO RAINHA DA PAZ

CNPJ/CPF: 07.719.794/0003-59

Endereço: ESTRADA ATILIO SQUISATO, S/N / BAIRRO: CAMPO LARGO

Município: JARINU UF: SP

Infração: PENALIDADE: INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO APÓS DECORRIDO A CONTAGEM DO PRAZO DE 120 DIAS ESTIPULADO NA SETENÇA DO PROCESSO DIGITAL 1001235-52.2023.8.260301 PARA PROCEDER A RETIRADA DOS MORADORES DO ESTABELECIMENTO SUPRACITADOS E DE IMEDIATA PROIBIR A ENTRADA DE NOVOS MORADORES.

Data do evento: 26/10/23 Hora: 10:00

AIP: 07/23 AIF: 07/23

Penalidade: INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO.

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 27 de Outubro de 2022.

MIRAILTON MOREIRA GOMES
Secretário de Saúde